



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Processo n.º: 23156/2025

PLO n.º: 220/2025

Autoria: Prefeito Municipal de Linhares



EMENTA: Dispõe sobre autorização para contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SEME), nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

I- RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária n. 220/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que visa autorizar a contratação, em caráter temporário, de **800 (oitocentos) Professores e 100 (cem) Técnicos Pedagógicos**, conforme descrito no **Anexo I** da proposição.

A necessidade foi justificada por meio justificativa da **Mensagem n. 048/2025**, assinada pelo Prefeito Municipal, destacando que a vigência da Lei Municipal n. 4.182/2023 se encerra em dezembro de 2025, tornando necessária nova autorização legislativa para garantir o atendimento das demandas do ano letivo de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação apresentou:

- **Declaração de adequação orçamentária e financeira**, afirmando a compatibilidade da despesa com PPA, LDO e LOA;



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

- **Estudos de impacto orçamentário-financeiro**, contendo projeções de custos para 2026, 2027 e 2028, incluindo encargos, férias, 13º e obrigação patronal;
- **Identificação das dotações orçamentárias específicas** destinadas à remuneração dos profissionais da Educação.

A matéria chega a esta Comissão para análise dos aspectos financeiros, orçamentários e fiscais.

Eis o relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

1. Competência da Comissão

Inicialmente, cabe informar que, nos termos do **art. 62, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares**, compete a esta Comissão apreciar matérias que **alterem a despesa ou a receita do Município**, ainda que direta ou indiretamente, conforme o preceito regimental:

Art. 62. **Compete:**

[...]

II- à **Comissão de Finanças, Economia, Orçamento e Fiscalização:**

a) acompanhar a execução orçamentária do Poder Executivo, bem como analisar os aspectos econômicos e financeiros de matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal; [...]
(Grifos nossos).

2. Compatibilidade Orçamentária e Responsabilidade Fiscal

A documentação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação comprova que a despesa está adequadamente prevista no PPA, LDO e LOA, atendendo aos artigos 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O estudo de impacto financeiro detalha salários, encargos, férias, décimo terceiro e obrigação patronal, demonstrando que o Município realizou a análise prévia exigida para criação de despesa, o que reforça a legalidade e a responsabilidade da proposição.



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Por tratar-se de contratação excepcional e temporária, não há criação de despesa obrigatória de caráter continuado, o que afasta risco fiscal permanente e mantém a medida dentro do planejamento orçamentário já estabelecido.

Além disso, a declaração da ordenadora de despesa reafirma a existência de dotações suficientes para absorver o acréscimo, assegurando que a contratação não compromete outras áreas essenciais da Administração. A despesa projetada, embora expressiva, é transitória e justificada pela necessidade urgente de continuidade do serviço educacional em 2026. Assim, verifica-se que o projeto observa os princípios da responsabilidade fiscal, do equilíbrio orçamentário e da boa gestão pública.

O impacto financeiro estimado contempla:

- **800 Professores:** remuneração total mensal de R\$ 3.042,36 cada.
- **100 Técnicos Pedagógicos:** remuneração total mensal de R\$ 3.042,36.

Consideram-se:

- salário-base, 13º proporcional, férias, INSS patronal (22,2726%), ticket de R\$ 640,00 mensais.

Custo Total Estimado (2026):

- Professores: **R\$ 62.687.584,64**
- Técnicos Pedagógicos: **R\$ 7.835.948,08**
- **Total Geral: R\$ 70.523.532,71**

(Conforme tabelas constantes nas páginas 8 a 10 do PL)

A despesa é **temporária**, não cria vínculo permanente e não gera despesa continuada, adequando-se ao art. 17 da LRF.

3. Limites Legais da Despesa com Pessoal

Nos termos dos artigos 18 e 19 da LRF e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, as contratações temporárias integram a Despesa Total com



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Pessoal e devem ser acompanhadas com atenção pelo Município. O impacto financeiro apresentado demonstra que, apesar do aumento, a despesa é absorvível, especialmente porque possui caráter transitório e não implica compromissos permanentes para exercícios futuros.

O atendimento aos parâmetros fixados pelo STF no Tema 612 confirma que a contratação atende aos requisitos de necessidade temporária, excepcional interesse público e prazo determinado.

A vinculação da despesa a dotações específicas da Educação reforça a transparência e a previsibilidade fiscal. Como a vigência é limitada e não gera extensão automática de vínculos, não há risco de ultrapassagem dos limites máximos de despesa com pessoal caso o Município mantenha o monitoramento contínuo já recomendado pelos órgãos de controle.

Assim, a medida se enquadra nos limites normativos e jurisprudenciais e não viola a legislação fiscal vigente.

Tribunal de Contas da União – Acórdão n. 1.599/2012 – Plenário:

As contratações temporárias devem ser computadas no cálculo da despesa total com pessoal e devem observar os limites prudenciais e máximos fixados pela LRF.

TCU – Acórdão n. 3.020/2015 – Plenário:

A racionalidade fiscal e a previsibilidade da despesa de pessoal são pressupostos da legalidade e transparência da gestão.

A SEME apresentou justificativa baseada no **Tema 612 do STF (RE 658.026/MG)**, comprovando:

- necessidade temporária;
- excepcional interesse público;
- indispensabilidade da contratação;
- previsão legal na Lei Municipal n. 2.936/2010.



4. Princípios Administrativos: economicidade e continuidade do serviço público

A contratação temporária justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade do serviço educacional, evitando o comprometimento do ano letivo de 2026. A insuficiência de profissionais decorre de fatores como afastamentos legais, vacâncias e demandas pedagógicas variáveis, situações que não podem ser solucionadas por concurso público em tempo hábil.

Diante disso, a solução temporária apresenta-se como instrumento legítimo, proporcional e necessário, preservando o direito à educação e garantindo o funcionamento regular das unidades de ensino.

Sob a ótica da economicidade, a proposta evita a criação de cargos permanentes e resguarda o equilíbrio fiscal, permitindo que o Município atenda à demanda emergencial sem ampliar despesas estruturais.

A medida segue orientação da doutrina e dos Tribunais de Contas ao privilegiar o uso racional dos recursos públicos e a eficiência administrativa, assegurando que a resposta oferecida pela gestão seja adequada ao problema identificado e compatível com a capacidade financeira do Município.

Na doutrina, Carvalho Filho¹, (2022, p. 331) assevera que:

A Administração deve assegurar a continuidade dos serviços públicos e pautar a despesa pela economicidade e racionalidade fiscal.

Tais contratações são imprescindíveis para:

- suprir afastamentos legais;
- suprir vacâncias;
- atender à demanda pedagógica flutuante;
- garantir abertura de turmas;
- cumprir calendário escolar.

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2022



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Por fim, embora a contratação temporária seja medida legítima e necessária para evitar a descontinuidade do serviço educacional, é imprescindível ressaltar que ela não substitui a obrigação constitucional de prover cargos públicos por meio de concurso.

A doutrina de Di Pietro² (2021) enfatiza que a contratação temporária deve ser sempre excepcional, vedada sua utilização para suprir necessidades permanentes da Administração, sob pena de violação ao princípio do concurso público.

Esse entendimento é igualmente reforçado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, que, em reiteradas decisões, a exemplo do **Parecer Prévio n. 016/2022** e do **Acórdão TC-318/2019**, alerta que a Administração deve demonstrar planejamento para reposição definitiva do quadro, evitando a perpetuação de vínculos precários.

Dessa forma, a presente autorização temporária deve ser acompanhada de esforços concretos para a realização de concurso público, garantindo estabilidade institucional, continuidade qualificada das políticas educacionais e respeito aos princípios constitucionais que regem a gestão pública.

III- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os pareceres desta Comissão têm como principal propósito a responsabilidade social, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste parecer, foram enfatizados três ODS estratégicos, fundamentais e comprometidos com a transformação social, notadamente, os seguintes Objetivos:

- **Objetivo 4.** Educação de Qualidade. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2021



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

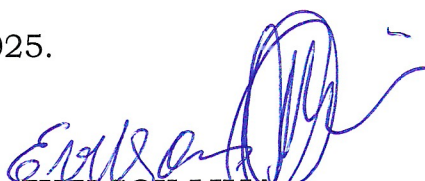
longo da vida para todos. **Meta 4.1** – garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

- **Objetivo 8.** Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. **Meta 8.5** – Alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens.
- **Objetivo 16:** Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis. **Meta 16.6** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

IV- CONCLUSÃO

Em razão dos fundamentos expostos, acompanhando o parecer favorável da Procuradoria desta Casa Legislativa e o parecer favorável da CCJ, esta **Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização e Controle** é pela **VIABILIDADE** do prosseguimento do projeto de lei em análise, com **PARECER FAVORÁVEL**.

Linhares, 15 de dezembro de 2025.


EVELSON LIMA
Presidente


JOHNATAN MARAVILHA
Relator


YUPI SILVA
Membro



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

TABELA I – FUNÇÕES TEMPORÁRIAS

Função	Vagas	CH	Remuneração	Requisitos
Professor	800	25h	R\$3.042,36	Licenciatura plena (conforme área), podendo exigir pós-graduação e registros específicos
Técnico Pedagógico	100	25h	R\$3.042,36	Licenciatura em Pedagogia + 2 anos de regência

TABELA II – RESUMO FINANCEIRO GLOBAL

Item	Valor (R\$)
Custo total Professores (2026)	62.687.584,64 (sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta)
Custo total Técnicos Pedagógicos (2026)	7.835.948,08 (sete milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e oito centavos)
Total Geral 2026	70.523.532,71 (setenta milhões, quinhentos e vinte e três mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos)
INSS Patronal	22,2726% incluído
Ticket Alimentação	R\$640,00/mês (seiscentos e quarenta reais por mês)
Dotações Orçamentárias	Diversas rubricas da Educação (p. 10)